

Público

06-03-2010

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 75000

Temática: Sociedade

Dimensão: 97

Imagem: S/Cor

Página (s): 12

## Maioria dos portugueses é tolerante com a corrupção e considera combate ao fenómeno ineficaz

Luciano Alvarez

● Cerca de 63 por cento dos portugueses toleram a corrupção desde que produza efeitos benéficos para a população em geral, revelou ontem no Parlamento o investigador Luís de Sousa, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e especialista na análise do fenómeno da corrupção. Foi também revelado que 84 por cento dos portugueses consideram ineficaz o combate à corrupção.

O investigador apresentou uma detalhada exposição na comissão parlamentar para o fenómeno da corrupção, com base em vários inquéritos e estudos nacionais e internacionais sobre a matéria, revelando que a corrup-

ção estilo “Robin Hood” (que favorece os mais fracos) ainda tem uma grande aceitação na sociedade portuguesa.

Esta cultura permissiva face à corrupção é “produto da forma como o poder político e administrativo se organizam”. “Boas leis e boas instituições reduzem as estruturas de oportunidade e incentivos para a corrupção”, revelou.

O investigador acentuou algumas



Luís de Sousa revelou que o comportamento e funcionamento do Estado é favorável ao fenómeno da corrupção

das condições que favorecem a corrupção, que passam pelo comportamento e funcionamento dos órgãos do Estado - concentração de poderes num cargo “sem que tenham sido criadas garantias horizontais e verticais ao exercício das suas competências”; ineficiência administrativa “que, muitas vezes, deriva de uma política de recrutamento do tipo familiar, partidário e sem mérito e sem qualidade”. E salientou a “insuficiência da disciplina/repressão, que é tardia, onerosa, redutora e selectiva (visando sobretudo o “peixe miúdo”), impotente (por causa das amnistias) e sem credibilidade (devido ao regresso a funções depois de praticar actos de corrupção). Também a passagem de políticos para os

corpos de direcção de empresas após o termo do mandato e vice-versa foi outro exemplo apresentado. O financiamento político não foi deixado de fora, com Luís de Sousa a revelar que a “não contenção das despesas eleitorais, a falta de disciplina financeira interna, a ineficácia dos instrumentos de controlo” também contribuem para a corrupção.

Segundo um dos estudos, os eleições nacionais e regionais surgem no topo da tabela das áreas de risco. Para melhor combate à corrupção, Luís de Sousa defende maior transparência, levantamento do sigilo bancário, criação de uma nova CNE com o papel de supervisionar os registos de património - hoje da responsabilidade do TC.